

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : GM

CLASS. : 1344

DATA : 05 02 94

PG. : 22

POVOS INDÍGENAS

Collor pede relatórios sobre situação da Funai

por Cleide Castro
de Brasília

Na próxima sexta-feira, o presidente Fernando Collor de Mello vai receber dois relatórios — um da Secretaria do Meio Ambiente e outro do Ministério da Justiça e Secretaria da Administração —, que vão orientá-lo sobre a destinação que dará à Fundação Nacional do Índio — Funai. Ele solicitou os relatórios durante a reunião setorial sobre a problemática indígena realizada ontem no Palácio do Planalto.

O secretário José Lutzenberger reivindica que a Funai seja transformada numa secretaria ligada à Presidência da República. Ele argumenta que isso daria mais status político-administrativo ao órgão. O outro lado, representado pelo ministro Jarbas Passarinho e o secretário João Santana, defende a manutenção da Funai como fundação, por entender que isso lhe proporciona maior agilidade do ponto de vista administrativo.

NOVO ESTATUTO DO ÍNDIO

Na mesma reunião, Collor fixou prazo de 90 dias, para que o Ministério da Justiça apresente à Presidência da República um anteprojeto para um novo Estatuto do Índio, bem como a revisão de toda a le-

gislação correlata. Essa medida consta de um pacote de cinco decretos e uma portaria, divulgados pela Secretaria de Imprensa do Palácio, relativos à questão indígena.

O presidente também cobrou providências do secretário Romeu Tuma, no sentido de retirar os garimpeiros da área ianomami. Collor disse que quer ser informado periodicamente sobre o assunto.

PROJEÇÃO DOS YANOMAMI

Ainda em relação aos ianomami, foi assinada portaria conjunta pelos Ministérios da Justiça, Relações Exteriores, Educação e Saúde, bem como pelas Secretarias de Meio Ambiente e de Assuntos Estratégicos, criando um grupo de trabalho, com o objetivo de elaborar projeto de recuperação ambiental da área habitada pelos índios. Os decretos dispõem sobre demarcação, saúde, educação, proteção ambiental e projetos visando auto-sustentação dos povos indígenas. Conforme exposição de motivos do ministro da Justiça, o objetivo dos programas que serão desenvolvidos é resguardar “a autonomia dos índios e assegurar o exercício pleno do direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais de suas terras”.